

RELAÇÕES RACIAIS NEGRA E EDUCAÇÃO ESCOLAR: desafios e conquistas

***Marisleila Júlia Silva¹ (PG), marisleila.silva@ueg.br, Raimundo Márcio Mota de Castro² (PQ)**

¹ Universidade Estadual de Goiás – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Avenida Juscelino Kubitschek, 146, Bairro Jundiáí, Anápolis-Go - Campus Jundiáí

² Universidade Estadual de Goiás – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Avenida Juscelino Kubitschek, 146, Bairro Jundiáí, Anápolis-Go - Campus Jundiáí

Resumo: Os debates em torno dos Direitos Humanos têm suscitado inúmeras temáticas que possibilitam compreender a diversidade como instrumento de construção de uma sociedade mais justa e solidária. Dentre os temas da diversidade, questões referentes à diversidade étnico-racial têm ocupado grande interesse por parte dos pesquisadores. O presente texto é parte de uma pesquisa em andamento realizada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia, da Universidade Estadual de Goiás centrada no seguinte problema: Que sentidos e implicações de formação e relações socioculturais emergem nas narrativas constituídas por professores negros no campo educacional? Por tratar-se de um recorte, o objetivo perseguido neste texto reside em refletir sobre as relações raciais nos espaços escolares no contexto da legislação vigente. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, sustentada pelo aporte teórico de Santos (2006); Gomes (2001, 2005, 2007); Munanga (2007, 2008); Cavalleiro (2001) entre outros. Percebe-se até o momento que, os princípios democráticos e igualitários na forma da lei, somados a constante luta, representam um avanço social e político, contudo, os estudos indicam que a efetivação dos direitos, perpassa pela educação, por meio da escola, colocando em prática atitudes concretas de inclusão e de valorização às diferentes culturas.

Palavras-chave: Diversidade. Relações étnico-raciais. Contexto escolar.

Introdução

O Brasil se destaca como umas das grandes nações multirraciais do mundo e abriga um contingente significativo de descendentes de africanos dispersos na diáspora. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) por meio do Censo Demográfico de 2010 detectou mudanças na composição da cor ou raça declarada no Brasil. Dos 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil como indígenas. Registrou-se uma redução da proporção de brancos, que em 2000 era 53,7% e em 2010 passou para 47,7%, e um crescimento de negros (de 6,2% para 7,6%) e pardos (de 38,5% para 43,1%). Sendo assim, a população negra e parda passou a ser considerada maioria no Brasil (50,7%).

Essa distribuição demográfica e étnico racial é passível de diferentes interpretações econômicas, políticas e sociológicas. De acordo com Gomes, (2007), o fato de agregar as categorias “preto e pardo”, é mais do que uma escolha política, e sim um desencadear de uma nova concepção de identidade da população negra brasileira.

Diante desse contexto, consideramos importante iniciar a discussão sobre as relações raciais negras no Brasil a partir da década de 1980, quando da abertura política e democratização da sociedade, onde surgiu também uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiras. Momento em que passam a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais e novas formas de reivindicação política intencionando a implementação de políticas públicas voltadas para uma educação antirracista. Um fato a importante foi a luta do Movimento Negro para que as questão racial seja reconhecida como uma forma opressão e exploração que ainda se encontra arraigada nas relações sociais, econômicas brasileiras, reforçando a exploração e as desigualdades.

Impulsionado pela luta dos movimentos negros em todo país, ampliou-se na década de 1990, a pressão para que o estado elabore e efetive políticas públicas de enfrentamento da realidade vivenciada pelo negro no Brasil. Nesse contexto, emerge um novo olhar e outras políticas para a efetiva inserção e valorização da cultura negra e, nesse aspecto, a escola e o currículo que nela era desenvolvido passaram a ser vistos como uma forte estratégia para que práticas de combate ao racismo fossem efetivadas.

A partir desse momento, as reivindicações passam a focar uma outra intervenção política: a denúncia da postura de neutralidade do Estado frente a desigualdade racial reivindicando deste, adoção de políticas de ação afirmativa e a intervenção no interior do próprio Estado com a participação do movimento negro nas administrações municipais e estaduais de caráter progressista e no próprio governo federal. Essa inserção acontece, contudo, de forma discreta, se comparada ao segmento branco da população.

A participação ativa do Movimento Negro nos processos de elaboração da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, possibilitou o surgimento de novos entendimentos sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Os ativistas do Movimento Negro reconhecem o valor da educação nesse contexto, mas com a certeza de que não seria a solução de todos os males, como

diz Gomes, (2007), “esta, ocupa um lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre os “Outros””. E dessa forma, contribui diretamente na formação de quadros intelectuais e políticos. Além disso, a educação, no Brasil, é um direito constitucional conforme o artigo 205, da Constituição Federal de (1988)

Material e Métodos

A pesquisa é de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica com análise de narrativas (auto)biográficas, conduzida a partir dos estudos da representação social o que traz uma aproximação do método fenomenológico. Os sujeitos da pesquisa são professores/as que atuam no ensino superior no Campus da UEG/ de São Luís de Montes Belos, sendo estes dois homens e uma mulher, que de forma espontânea se dispuseram a contribuir com suas experiências de vida para construção dessa pesquisa.

O perfil dos professores se caracteriza por serem dois do sexo masculino e uma do sexo feminino e estarem na faixa etária dos quarenta e cinco anos, e atuam no ensino superior nos curso de Pedagogia, Letras, Medicina Veterinária, Tecnologia em laticínios e todos no momento estão em cargo de gestão, como coordenadores de curso e coordenador pedagógico.

Fiz a escolha por trabalhar com narrativas de vida (auto) biografias, estas, se assentam necessariamente no tempo histórico, na dinamicidade que possibilita apreender as estruturas de relações sociais e os processos de mudança. São também dialéticas, pois constantemente os relatos estão sendo colocados em confronto durante a investigação.

Resultados e Discussão

O cenário de desigualdades, racismo e exclusão em que se encontra a escola, emerge a importância da reflexão sobre a inserção da pessoa negra nesse contexto. De acordo com Munanga, (2007, p. 7), “Diz-se que o negro não consegue bons empregos e bons salários porque não tiveram uma boa educação e que não tiveram acesso a uma boa educação porque seus pais são pobres”. Dessa forma, não se associa a mobilidade social à discriminação racial como uma possível variável nesse processo, o que traz grandes entraves à implantação das políticas de

ações afirmativas como uma possibilidade de corrigir e reduzir as desigualdades acumuladas ao longo dos séculos.

As discussões sobre a diversidade racial, quase sempre são silenciadas nos ambientes escolares, fazendo com que as diferenças se transformem em barreiras separatistas nesse ambiente que deveria ter como missão, reduzir as distâncias entre as “diferentes culturas”, conforme Santos (2006, p. 316), “as pessoas têm direito de ser iguais sempre que a diferença as tornar inferiores; contudo, têm também o direito de ser diferente sempre que a igualdade colocar em risco suas identidades”.

Espera-se que o processo educacional se apresente como possibilidade de mudança desse cenário. Contudo, ressalto, que a educação e os educadores não são os únicos responsáveis pela formação da personalidade do aluno e de sua visão sobre a sociedade. A escola, como um espaço fundamental de produção do conhecimento, não pode se isentar das reflexões sobre a realidade social em que se encontra inserida, tendo um papel de extrema relevância, especialmente em um contexto em que ainda impera o discurso de que no Brasil não existe racismo, ou conforme já foi mencionado nesse trabalho, o mito da igualdade racial.

Considerações Finais

Com a realização desta investigação, algumas considerações ainda que preliminares, podem ser registradas. Verificamos que no Brasil o racismo ainda se apresenta como prática comum, mesmo que em muitos momentos, camuflada pelo discurso da igualdade racial. O combate às práticas de discriminação e exclusão, é um grande desafio no campo educacional para este século. Diante das transformações mundiais, que impõem novos olhares frente ao conhecimento, observamos que, especialmente no início do Século XXI, uma série de reformas educacionais emergiram como resposta às lutas empreendidas por movimentos sociais antirracistas pela igualdade de direitos. Um novo marco legal para educação emerge com as políticas públicas com objetivo de promover a igualdade racial, como princípio de inclusão e valorização da diversidade.

O estudo teórico possibilitou também, identificar que ainda vivemos uma intensa luta pela igualdade de direitos na sociedade e em todos os espaços escolares, inclusive no ensino superior. A trajetória da população negra é marcada

por inúmeros desafios. A situação do negro no Brasil é marcada por diversos mecanismos sociais perversos, que atuam em nível cultural, econômico e político acentuando a exclusão social.

Agradecimentos

Agradeço a FAPEG pelo incentivo à pesquisa, à UEG/PPG-IELT, pela oportunidade da formação continuada, à SEDUCE por conceder-me licença para aprimoramento. Especialmente agradeço ao professor e orientador Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro, pela generosidade em não apenas orientar o percurso, como também, motivar-me no processo de leitura, produção e conseqüentemente a construção do conhecimento.

Referências

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 15 abr. 2017.

GOMES. Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: _____. (Org). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 97-109.

LAMARCA, Gabriela; VETTORE, Mario. **A nova composição racial brasileira segundo o Censo 2010**. Disponível em: <http://dssbr.org/site/2012/01/a-nova-composicao-racial-brasileira-segundo-o-censo-2010> Acesso em: 16 nov. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino superior. In: PACHEGO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza (Orgs.) **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 07-19.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: _____. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316.